

Para economista, leilão pressiona base monetária

3. MAI 1988

Por Cristina Borges
do Rio

O principal aspecto negativo do processo atual de conversão da dívida externa por investimento de risco é o impacto inflacionário que ocorrerá, na medida em que as conversões através de leilões e de depósitos voluntários pela Resolução nº 432 do Banco Central indicam US\$ 4 bilhões, por ano, refletindo na expansão da base monetária. Além desse montante, irão pressionar as finanças do governo o superávit comercial estimado de US\$ 15 bilhões, com base na repetição do resultado do primeiro trimestre deste ano, e as operações de "relending" (reemprestimos negociados com os bancos credores), no total avaliado em US\$ 1 bilhão. Este foi o assunto abordado na reunião da Comissão de Estudo sobre a Conversão da Dívida Externa, ontem, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Nogueira Batista Jr., disse que a pressão total sobre a base monetária, neste ano, poderá ser quatro vezes o seu volume atual. Para melhor equilíbrio da situação financeira interna do País, Batista indicou a promoção do aumento das importações e a limitação do "relending" e do volume de dinheiro na conversão da dívida entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 2 bilhões, por ano.

O vice-presidente da CNI, Edgard Arp, disse que a grande preocupação da indústria reside também na contabilização do deságio do sistema de conversão da dívida. "Alguém terá de pagar uma parte do deságio. Quem será?", perguntou ele. Arp concordou com os aspectos negativos indicados por Batista Jr., mas mostrou-se favorável a aguardar mais dois leilões de conversão da dívida por capital de risco, em bolsas de valores, para ter uma "visão mais definida sobre o problema".

Batista Jr., ressaltou o lado positivo do processo, que "permitiu ao Brasil, pela primeira vez, tirar algum benefício do deságio", nos dois leilões realizados nas bolsas carioca e paulista, porque o Banco Central se apropriou de maior parte da diferença entre o valor de face do título e o negociado.

No exterior, disse o economista, a maior procura pelos títulos da dívida brasileira e a limitação da oferta estão promovendo a redução do deságio, que no auge da moratória estava em 60% do seu valor de face e agora se situa entre 45 e 50%. Essa diminuição também foi favorecida pela tendência do País em regularizar a sua situação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores, disse Batista Jr.

O vice-presidente da CNI, Luiz Octávio Vieira, revelou a sua preocupação com a realização dos dois leilões, dizendo que receia que "as mesmas pessoas que foram as responsáveis pelo enorme endividamento brasileiro externo e desestruturaram o setor público sejam as mesmas que agora se estão beneficiando com o retorno de parte desse dinheiro e irão desmantelar o setor produtivo nacional".

Vieira criticou a falta de uma política industrial para orientar a aplicação dos recursos resultantes da conversão da dívida externa e também a expansão da base monetária. O vice-presidente da CNI é contrário à conversão da dívida externa por exportações, por considerá-la um subsídio às vendas externas, representado pela criação de um câmbio duplo.